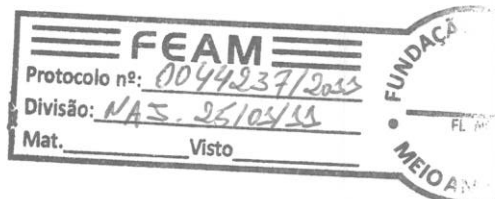


ILUSTRÍSSIMOS SENHORES JULGADORES DA DIRETORIA
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DA FEAM.



À

CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM



Auto de Infração nº. 00847/2003

Processo Administrativo nº. 127/2001/002/2003

LATICÍNIOS SANTA ROSA LTDA.,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 25.949.538/0001-78,
situada na Fazenda do Tejuco, s/n, Zona Rural, Distrito de São Sebastião da Vitória,
Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu proprietário infra-assinado
José Marcio Resende de Carvalho, brasileiro, casado, residente e domiciliado na
Rua Quintino Bocaiúva, nº. 136, sala 307, Centro, São João Del Rei, estado de Minas
Gerais, nos termos do Instrumento de Procuração anexo (Doc.01), vem mui
respeitosamente a este órgão, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

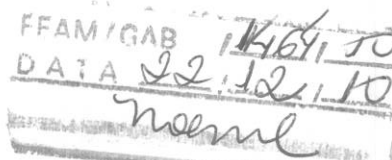
com fulcro no Art.19, § 2º, item 2, do Decreto 43.127 de 27 de dezembro de 2002,
que regulamenta a Lei Nº.:7.772 de 08/09/1980 c/c Art.5º, incisos XIV, XXXIII,
XXXVII, LV, LX e Art.37 da Constituição Federal, em face do Auto de Infração supra

SIGED



Anote abaixo o número do SIPRO

159138-1170/2010-2



indicado, lavrado contra a Recorrente acima qualificada, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidas.



1-No ano de 2003 foi lavrado contra a Recorrente o **Auto de Infração de nº. 00847/2003**, por descumprir condicionante formulada por Câmara Especializada do COPAM, aprovada na Licença de Operação, quanto à apresentação do projeto de tratamento de efluentes líquidos, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não foi realizada vistoria às instalações do empreendimento.

2-Informamos que a não apresentação do projeto da Estação de Tratamento de Efluentes da empresa não se deu por irresponsabilidade ou dolo da empresa, mas sim pelo fato de que o Engenheiro José Guilherme de Figueiredo que foi contratado para realizar o projeto da ETE, não cumpriu com suas obrigações, não somente com este empreendimento, mas também com outras empresas, como é de conhecimento deste órgão fiscalizador, e este fato causou inúmeros prejuízos à empresa fazendo com que a mesma perdesse seu prazo para a entrega do projeto da ETE.

3-Diante deste acontecimento, o empreendimento, que se preocupa em estar sempre em dia com suas obrigações, contratou a empresa Multidraw Engenharia e Projetos Industriais e Ambientais Ltda., para regularizar sua situação, e a partir do ano de 2005 passou a realizar mensalmente os relatórios de automonitoramento solicitados nas condicionantes da Licença de Operação do empreendimento em tela.

4-Na ocasião a Multidraw Engenharia e Projetos Industriais e Ambientais Ltda., foi contratada por outra duas empresas da região, as quais tiveram os mesmos problemas do Laticínios Santa Rosa.

5-A Multidraw protocolizou junto à Regional COPAM, em 22/06/2007 às 10:34, sob protocolo R055113/2007, recurso semelhante para as três unidades.



6-E nas três situações, praticamente idênticas, es-
mesmo órgão, pela mesma Autoridade Administrativa Julgadora, te-
posicionamentos divergentes, sendo o mais injusto deles o que foi imputado a esta
Recorrente, conforme se depreende dos seguintes pareceres abaixo transcritos:

7-Laticínios Madre de Deus Ltda., Protocolado
defesa, decisão FEAM, sob ofício nº. 0056/2008 NAI/FEAM/DMFA, em 03 de março
de 2008, *"Deferir parcialmente o Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada
em 10/01/2007, no valor de R\$ 7.449,76 ao empreendimento, aplicando penalidade
de advertência, tendo em vista que o empreendimento já corrigiu sua situação
ambiental"*.

8-Vicente Roberto de Carvalho e Cia Ltda.,
protocolado defesa em 25/05/2007, decisão da FEAM, sob ofício nº. 00122/2008
NAI/DMFA/FEAM, em 28 de março de 2008, *"Indeferir o Pedido de Reconsideração
da penalidade aplicada em 23/03/2007, aplicando a penalidade de advertência tendo
em vista que o empreendimento corrigiu sua situação ambiental"*.

9-Laticínios Santa Rosa Ltda., protocolado defesa
em 22/06/2007, decisão da FEAM, sob ofício nº. 1698/2010 NAI/DMFA/FEAM, em 16
de Novembro de 2010, *"Indeferir o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa
aplicada no valor de R\$7.449,76(sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e
setenta e seis centavos), conforme parecer jurídico"*.

10-Forçoso consignar o que determina a
Constituição Federal em seu Art. 5º, caput e inciso XXXVII:

*"Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem
distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos
brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a
inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à
igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos
seguintes:*

(...);

*XXXVII - Não haverá juízo ou tribunal de
exceção."*



11-Em face da exposição dos fatos acima e das disposições constitucionais citadas, concluímos que o Laticínios Santa Rosa, que sofreu auto de infração idêntico ao das empresas referenciadas, merece seja igualmente reconhecida por Vossas Senhorias a conversão da penalidade de multa em penalidade de advertência.

12-Isso porque, além de se tratar de caso idêntico ao das demais empresas que tiveram sua conversão reconhecida, a Estação de Tratamento de Efluentes desta Recorrente opera desde 2006 em total equilíbrio, de acordo com os monitoramentos encaminhados mensalmente a este conceituado órgão.

13-Ademais, não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental nas instalações da Recorrente, uma vez que não foi realizada nenhuma vistoria no empreendimento.

14-Ressalte-se que, desde sua constituição, a Recorrente jamais sofreu qualquer autuação e nunca foi sequer notificada por nenhum órgão ambiental, haja vista sua conduta ilibada e suas preocupações constantes com as obrigações ambientais que lhe assistem, conforme dispõe o Decreto nº 44.844/2008:

Art. 27 (...)

§1º (...)

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) (...)

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

15-Diante deste histórico de conduta da Recorrente, é cristalina a conclusão de que a Infração que lhe foi imputada jamais poderia ser a penalidade de multa, mas sim de advertência.

16-A Deliberação Normativa COPAM nº. 61, de 15 de dezembro de 2002, dispõe em seu artigo 1º, sobre a penalidade de advertência ao invés de multa, preconizando que os órgãos seccionados encarregados de fiscalizar o cumprimento das normas de proteção e conservação de meio ambiente deverão aplicar a penalidade de advertência a determinadas infrações de natureza leve ou às infrações de natureza grave, cometidas no âmbito das respectivas competências.

17-Como se não bastasse, o Art. 21, Parágrafo 1º., Inciso I, alínea “c” do Decreto Estadual nº.: 43.127/2002 e taxativo ao estabelecer que:

“Art. 21 (...);

§1º – O valor das multas será graduado de acordo com as respectivas circunstâncias:

I – atenuantes:

a)- (...);

b)- (...);

c)-gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente”.

18-Cumpra salientar, que não se trata de uma faculdade do Poder Público, mas de uma alternativa concedida ao autuado, desde que obedecidos todos os requisitos da lei.

19-Observe que no auto de Infração consta claramente que não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não foi realizada vistoria nas instalações do empreendimento. Logo, fica claramente caracterizada a ocorrência da atenuante acima expressa.

20-Note que o agente fiscal que lavrou o auto, declara explicitamente que não foi efetuada a vistoria em geral, requisito este imposto pela lei, ao tratar da fiscalização na Política Ambiental no Estado.

21-Imperioso frisar ainda que a decisão administrativa ora combatida, que indeferiu o Pedido de Consideração da Recorrente sequer foi fundamentada!

22-E se houve fundamentação, não foi dada à Recorrente ciência dos termos da fundamentação de decisão.

23-O r.ofício que informa o indeferimento apenas cita "conforme fundamentos", mas não anexa e tão pouco transcreve tal fundamentação.

24-O Art.5º da Constituição Federal, em seus incisos XIV, XXXIII, LV, LX, preconiza que:

"Art.5º. (...);

(...);

XIV- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessária ao exercício profissional;

XXXIII- todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LX- a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou interesse social o exigirem,”



25-Além disso, o Art.37 da Constituição Federal é taxativo ao determinar que:

“Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)”

26-Ante ao exposto, Ilmos. Julgadores, diante das violações constitucionais apontadas e das nulidades de que padece o auto, a decretação da improcedência total do auto de infração combatido por ser nulo de pleno direito, é medida que se impõe.

27-Caso Vossas Senhorias assim não entendam, estando presentes as condições exigidas para que a administração pública converta a penalidade de multa em penalidade de advertência, requer seja o presente auto de infração convertido em penalidade de advertência, nos termos da lei, o que se mostra como justa aplicação do melhor direito.

DOS PEDIDOS

28-Ante a todo o exposto, a Recorrente requer seja a presente DEFESA ADMINISTRATIVA devidamente **RECEBIDA EM SEU EFEITO SUSPENSIVO** e **ENCAMINHADA** à Ilustríssima Câmara Normativa e Recursal do COPAM para o fim de determinar seja **JULGADO INTEGRALMENTE IMPROCEDENTE** o Auto de infração combatido, arquivando-se o respectivo processo administrativo e sua multa, por ser medida de melhor direito.



Caixa de Entrada

Nova Mensagem Contatos Pastas Procurar Mensagem Utilitários Ajuda Sair

-  Responder
-  Responder a Todos
-  Encaminhar
-  Apagar
-  Adicionar Contato
-  Imprimir
-  É Spam
-  Bloquear Remetente
-  Ver Cabeçalhos
-  Próxima
-  Anterior

De: Paulo Breno de Moraes Silveira
<paulobreno@ana.gov.br>

Enviado: Ter 07/12/10 11:41

Para: "engenharia.md@terra.com.br"
<engenharia.md@terra.com.br>

Prioridade: Normal

Assunto: RES: Outorga Vicente Roberto & CIA

Prezadas Mariza e Luciana

Esta é uma confusão freqüente. As outorgas são dadas de acordo com o domínio, então os poços e os rios estaduais são outorgados pelos órgãos estaduais e a ANA só outorga os corpos hídricos federais. Contudo, o CNARH é um cadastro nacional e deve representar o empreendimento como um todo, contendo as captações e lançamentos tanto estaduais como federais, assim como captações e lançamentos de redes públicas ou privadas, incluindo ferti-irrigação, bem como todos as finalidades associadas ao empreendimento (como, por exemplo, quando existe irrigação e indústria no mesmo empreendimento). Estas informações são necessárias para verificar o balanço hídrico do empreendimento e para caracterizá-lo completamente, facilitando, inclusive, a análise no caso de mudanças de pontos que acarretem mudanças de dominialidade e análises em casos de ampliação da produção.

Atenciosamente

Paulo Breno de Moraes Silveira
Especialista em Recursos Hídricos
ANA/SOF
+55 (61) 2109 5279

De: Engenharia - Multidraw [mailto:engenharia.md@terra.com.br]
Enviada em: terça-feira, 7 de dezembro de 2010 11:06
Para: Paulo Breno de Moraes Silveira
Assunto: Re: Outorga Vicente Roberto & CIA

Bom dia,

Prezado Paulo Breno,

Primeiramente, agradecemos a atenção.
Referente à captação, a empresa tem dois pontos, um poço e uma captação em barramento em curso d'água sem regularização de vazão. Estas captações estão sendo regularizadas com o IGAM.
Segundo a SUPRAM o lançamento deveria ser regularizado junto da ANA, por ser realizado na Represa Itutinga.
Desta forma, no caso do Vicente Roberto e Cia (Laticínios Nazareno), precisamos da outorga somente para o lançamento.
O efluente a ser lançado é tratado na Estação de Tratamento.

Att.

Mariza / Luciana

Multidraw Eng. e Proj. Amb. Ind. Ltda Tel.: (12) 31441604 / 3143-2163
Email: engenharia.md@terra.com.br
Visite nosso site: www.multidraw.com.br

On Seg 06/12/10 17:58 , Paulo Breno de Moraes Silveira
paulobreno@ana.gov.br sent:
Prezada Mariza

Fiz uma verificação da situação da outorga do Sr. Vicente Roberto e constatee o seguinte:

Existem duas declarações no CNARH para o município de Nazareno:



frete grátis +
12-x sem juros

21-Caso estes Nobres Julgadores assim não entendam, o que se admite apenas a título argumentativo, requer seja convertida a penalidade de multa em penalidade de advertência, considerando-se as razões de fato e de direito até aqui aduzidas.



Termos em que,
Pede deferimento.

São João Del Rei, 14 de dezembro 2010

Laticínios Santa Rosa Ltda.
p.p/João Bosco Henrique
RG nº 12.758.599
CPF/MF nº 042.566.788-08